

**CARACTERÍSTICAS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DIVULGAÇÃO
DE RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA – ESTUDO DAS EMPRESAS
NA BOLSA DE VALORES DE LISBOA.**

**BOARD OF DIRECTORS CHARACTERISTICS AND CORPORATE SOCIAL
RESPONSIBILITY DISCLOSURE – STUDY WITH PORTUGUESE LISTED
COMPANIES.**

Maria de Fátima Matos

Mestre em Contabilidade e Fiscalidade Empresarial
Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra do Instituto Politécnico de
Coimbra

Endereço: Quinta Agrícola de Bencanta
3040-316 Coimbra Portugal
E-mail: m.fatimatos@hotmail.com

Cristina Gonçalves Góis

Doutora em Contabilidade
Professora Coordenadora do Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra do
Instituto Politécnico de Coimbra

Endereço: Quinta Agrícola de Bencanta
3040-316 Coimbra - Portugal
E-mail: cgois@iscac.pt

RESUMO

O conceito de Responsabilidade Social Corporativa (RSC) tem vindo a ser assumido por um número crescente de empresas. Essa tendência tem-se consubstanciado na adoção de medidas tanto internas como junto da comunidade em geral, que visam à assunção por parte das entidades de um papel ativo na esfera econômica, social e ambiental. Este estudo tem como objetivo investigar a relação entre as características do conselho de administração das sociedades e o nível de divulgação de informação acerca da RSC por parte das empresas com valores cotados na Bolsa de Valores de Lisboa. Para a investigação foi utilizada como variável dependente o nível de práticas de divulgação de RSC e como variáveis explicativas as principais características associadas ao governo das sociedades. Os resultados empíricos obtidos mostram que a proporção de conselheiros não executivos que integram o conselho de administração é a característica que mais influencia o nível das práticas de divulgação de RSC. As características relacionadas com a independência dos conselheiros ou a dualidade do poder no Conselho de administração não confirmaram as predições iniciais de influência sobre o nível de divulgação da RSC. Em termos gerais, a evidência empírica encontrada sugere que as características do conselho de administração possuem uma influência relativamente frágil sobre o nível de divulgação de RSC.

Palavras-chave: Responsabilidade Social Corporativa. Divulgação. Características Conselho de Administração.

ABSTRACT

The Corporate Social Responsibility (CSR) concept has been growing up with a considered number of companies. This trend has been realized by the entities through the adoption of measures that take an active role in the economic, social and environmental fields. This study

aims to investigate the relationship between the characteristics of the board of directors and the disclosure level of information about the CSR by companies with listed securities on the Lisbon Stock Exchange. It was used a variable level of CSR disclosure practices and as explanatory variables the main characteristics associated to corporate governance. The empirical results show that the proportion of non-executive directors on the board of directors is the feature that most influences the level of CSR disclosure practices. The features related to the independence of directors or the duality power on the board has not confirmed the initial predictions as influencing the level of CSR disclosure. In general, the empirical evidence found suggests that the board of directors characteristics have a relatively weak influence on the level of CSR disclosure.

KEYWORDS: Corporate Social Responsibility. Disclosure. Board of directors characteristics.

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, os mercados globais e a sociedade em geral têm sido assolados por profundas alterações econômicas, políticas, sociais e culturais. O papel social das organizações, assim como os danos provocados pelas suas atividades econômicas no meio ambiente, são fatores que têm merecido crescente preocupação por diversos grupos de interesses, nomeadamente pelo Estado, consumidores e investidores; conseqüentemente, as empresas são, cada vez mais, pressionadas a atuarem em harmonia com essas preocupações. As crises financeiras, sociais e ambientais que têm proliferado um pouco por todo o mundo vieram fomentar ainda mais uma necessidade de extensão do papel empresarial. Atualmente, existe a percepção de que o sucesso das empresas e os benefícios duradouros para os agentes seus associados não se obtêm unicamente através de uma tônica na maximização de lucros a curto prazo, mas sim através de um comportamento orientado pelo mercado, porém coerente e responsável (CCE, 2002).

Perante uma sociedade cada vez mais exigente e atenta, parece de todo necessário que as empresas não só desenvolvam práticas socialmente responsáveis, como também que promovam a sua divulgação. Comunicar os aspetos relativos às práticas de Responsabilidade Social Corporativa (RSC) é ainda um processo essencialmente voluntário, contudo tem-se verificado um aumento do número de empresas que publicam o seu relato sobre os aspetos sociais e ambientais, esta é uma tendência que se tem vindo a acentuar em especial nos últimos anos (GRAY *et al.*, 2001; MONEVA; LLENA, 2000; ARCHEL, 2003).

Paralelamente à crescente preocupação das empresas em darem a conhecer às diversas partes interessadas as suas práticas socialmente responsáveis, também, no meio acadêmico, o relato da RSC tem merecido particular destaque, tal como se refere Dias (2009), a investigação internacional dedicada à divulgação da RSC é uma realidade e constitui uma linha atual e em crescimento. Dos diversos estudos que têm sido realizados, uma boa parte tem-se dedicado a identificar os fatores capazes de influenciar o grau de avanço de divulgação sobre RSC, recorrendo essencialmente a variáveis explicativas como as características empresariais e os fatores genéricos das empresas. No que respeita aos fatores internos das sociedades, os quais estão maioritariamente relacionados com as características do conselho de administração, apesar de não menos importantes, têm sido estudados em muito menor número (PRADO; GALLEGO; GARCÍA, 2009; CASANI; LIZCANO; FERNANDÉZ, 2010).

Segundo o estudo conduzido pela KPMG, no ano 2008, os temas relacionados com a sustentabilidade são geridos de forma transversal às empresas, sendo o conselho de

administração frequentemente apontado como o órgão responsável pela dinamização, implementação e comunicação da estratégia de sustentabilidade (KPMG, 2008). O conselho de administração é o órgão a quem cabe a supervisão, controle e decisão daquelas que são as orientações estratégicas da sociedade, deve gerir os recursos da melhor forma tendo em vista o crescimento sustentado da empresa, deve aumentar a confiança, qualidade e transparência da informação financeira, bem como assegurar que são cumpridos todos os requisitos legais. Tal como é apontado pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM, 2010, p. 5) é da responsabilidade do conselho de administração “assegurar que a sociedade atue de forma consentânea com os seus objetivos, não devendo delegar a sua competência, designadamente, no que respeita a: i) definir a estratégia e as políticas gerais da sociedade; ii) definir a estrutura empresarial do grupo; e as iii) decisões que devam ser consideradas estratégicas devido ao seu montante, risco ou às suas características especiais”. O conselho de administração é frequentemente apontado como o órgão máximo da empresa, cabendo-lhe salvaguardar os interesses dos proprietários e também os interesses das diversas partes interessadas, constituindo assim um importante mecanismo interno de alinhamento entre acionistas e gestores no sistema de governo das sociedades (JENSEN, 1993).

A presente investigação vai procurar avaliar se, para o caso específico das empresas cotadas na Bolsa de Valores de Lisboa, existe uma relação entre as práticas de relato de RSC e as características do conselho de administração. Para a prossecução do referido objetivo, este trabalho começa por fazer um enquadramento teórico ao tema em estudo. Segue-se o desenho da investigação, o qual se destina a dar cumprimento a um importante objetivo da investigação, que é fornecer evidência empírica que sustente a influência da composição do conselho de administração, sobre as práticas de relato de RSC. No ponto seguinte, são apresentados os critérios que estiveram subjacentes à seleção da amostra em estudo, assim como as variáveis que vão ser utilizadas e as principais estatísticas descritivas da amostra. Quanto ao quinto ponto ocupar-se-á da análise empírica da amostra, sendo os resultados empíricos obtidos analisados e discutidos em face das hipóteses postuladas no desenho da investigação. Finalmente, no capítulo sexto, são apresentadas as principais conclusões que resultaram do estudo levado a cabo, realçando as principais evidências encontradas relativamente ao estudo empírico realizado.

2 RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA

Ao longo das últimas décadas, tem sido produzido um amplo debate acerca das questões relacionadas com a RSC. Consequentemente, têm emergido diversas definições de RSC, embora não exista uma que seja amplamente aceita. De um modo geral, todas versam sobre a integração voluntária de preocupações sociais e ambientais tanto nas operações quotidianas das organizações, como na interação com os diversos grupos de interesse. Segundo a Comissão das Comunidades Europeias (CCE) a RSC é um conceito segundo o qual as empresas integram voluntariamente preocupações sociais e ambientais nas suas operações e na sua interação com outras partes interessadas (CCE, 2002).

A responsabilidade social das empresas passa não só por levar a cabo determinadas ações, mas também por proporcionar a descrição das mesmas (GRAY; OWEN; ADAMS, 1996), ou seja, associado ao conceito de RSC, surge também a comunicação dessa responsabilidade.

O relato sobre a RSC pode ser descrito como o processo de voluntariamente comunicar os efeitos sociais e ambientais, de ações económicas das organizações, a determinados grupos de interesse dentro da sociedade e à sociedade em geral (GRAY; OWEN; ADAMS, 1996). Tem-se verificado um aumento do número de empresas que publica

o seu relato sobre os aspetos sociais e ambientais. Esta é uma tendência que se tem vindo a acentuar, em especial, nos últimos anos (GRAY *et al.*, 2001; MONEVA; LLENA, 2000; ARCHEL, 2003).

Apresentados como um documento independente, ou como um capítulo do Relatório & Contas, os relatórios de sustentabilidade surgem como um meio de divulgação do desempenho das empresas nas vertentes social, ambiental e económica junto dos diversos *stakeholders*.

Domingos, Carvalho e Duarte (2010, p.3) afirmam que a execução dos relatórios de sustentabilidade por parte das empresas é “um sinal da sua responsabilidade social e ambiental, perante a sociedade em que se insere”. Caracterizam esses relatórios como sendo “um complemento às contas anuais, ampliando a informação financeira tradicional com a informação não financeira”.

Os relatórios de sustentabilidade procuram responder à necessidade que as empresas sentem em comunicar à sociedade as suas atitudes sociais e ambientais eticamente corretas. Podem ser definidos como um instrumento que pretende dar uma maior transparência às atividades da empresa, assim como agilizar o diálogo entre empresa e sociedade (ETHOS, 2012). São o resultado de um processo que pretende identificar, mensurar e divulgar as ações de caráter sustentável. Contudo, a sua função não se esgota no relato dos fatos passados, devem também definir as metas e objetivos a serem cumpridos num horizonte de curto prazo.

De acordo com a *World Business Council for Sustainable Development* (WBCSD, 2002), os relatórios de sustentabilidade têm por objetivo apresentar o contributo das empresas rumo ao desenvolvimento sustentável. A mesma organização avança um conjunto de vantagens que as empresas terão ao publicar o seu relatório de sustentabilidade: 1) transparência; 2) manutenção de licença para operar; 3) atração de capital; 4) motivação da equipe existente e atração de novos talentos; 5) melhoria do sistema de gestão; 6) orientação para a gestão; 7) consciencialização do risco; 8) encorajamento da inovação; 9) melhoria contínua, em resultado da aprendizagem; e, finalmente, 10) fortalecimento da imagem e reputação (WBCSD, 2002).

A *Global Reporting Initiative* (GRI) formou-se em 1997, com o objetivo de promover a qualidade e o rigor dos relatórios de sustentabilidade, bem como aumentar a sua utilidade. Trata-se de uma iniciativa internacional cuja missão é promover uma estrutura de conceitos partilhados globalmente, com uma linguagem simples e uma métrica largamente compreendida, a fim de comunicar de forma clara e transparente, questões relativas à sustentabilidade (GRI, 2007). Pretende ter um papel harmonizador do tipo de informação voluntária em matéria de RSC e da forma de apresentar os respectivos relatórios, procurando, assim, contribuir para um aumento da transparência dos fatos relatados, aumentando a sua credibilidade e consequentemente a utilidade da mesma.

Ao abordarem os três pilares da sustentabilidade, economia, ambiente e sociedade, as linhas orientadoras promovidas pela GRI constituem um importante ponto de partida para a elaboração de relatórios de sustentabilidade, visando a incrementar a utilidade da informação divulgada, dotando-a de comparabilidade, fiabilidade e relevância.

3 DESENHO DA INVESTIGAÇÃO

A investigação desenvolvida neste trabalho foi desenhada com o objetivo de compreender a relação entre certas características do conselho de administração e a divulgação de RSC, no caso concreto das empresas com valores cotados na Bolsa de Valores de Lisboa.

As variáveis explicativas do modelo foram escolhidas não só com vista a potenciar o poder explicativo do modelo face às características específicas, mas também atendendo à possibilidade de comparação dos resultados com os que foram obtidos em trabalhos anteriormente realizados, em particular com a literatura de referência para a elaboração do presente trabalho (HANIFFA; COOKE, 2005; PRADO; GALLEGO; GARCÍA, 2007; PRADO; GALLEGO; GARCÍA, 2009).

Tanto a lei americana *Sarbanes Oxley Act* (2002), como os princípios da OCDE sobre governança corporativa (OCDE, 2004), vieram recomendar a integração de membros não executivos e também independentes no seio do conselho de administração, como mecanismo de garantia de um melhor governo da sociedade. Um conselho de administração unicamente composto por administradores executivos é visto por Fama e Jensen (1983), como pouco eficaz, na medida em que há uma concentração de poder, por parte daqueles a quem cabe a gestão da sociedade. Defendem que essa conjuntura pode potenciar a tomada de decisões em benefício próprio, passando os interesses da sociedade para segundo plano. Face ao exposto, a introdução de administradores não executivos no conselho de administração é vista como um aspeto favorável, capaz de criar um órgão interno de supervisão, ao qual caberá acompanhar as atividades exercidas pelos administradores executivos e atuar em defesa das diversas partes com interesses na sociedade. De acordo com a CMVM a inclusão deste tipo de administradores procura “(...) assegurar a existência de capacidade de supervisão, fiscalização e avaliação das atividades dos membros executivo” (CMVM, 2010, p. 27).

Para Haniffa e Cooke (2005), estes administradores podem ser vistos como um mecanismo de responsabilização, cujo papel passa por garantir que as empresas estão a atuar de modo a proteger não só os interesses dos acionistas, como também os dos restantes *stakeholders*. Também os autores Prado, Gallego e García (2009) referem que a reputação de uma empresa sai reforçada quando o seu órgão de administração integra um número elevado de membros não executivos, reiteram que este tipo de administradores são percecionados como capazes de garantir que a atuação das empresas é feita em linha com os interesses dos proprietários e também das outras partes interessadas.

Zahra e Stanton (1988 *apud* HANIFFA; COOKE, 2005; PRADO; GALLEGO; GARCÍA, 2009) identificam os conselheiros não executivos como membros mais propensos a demonstrarem que determinada entidade, não só atua em cumprimento com o que está estabelecido por lei, como também que tem um comportamento socialmente responsável. Os referidos autores reconhecem aos administradores não executivos uma maior capacidade para exercer pressão sobre a atuação das sociedades que integram, nomeadamente para que estas façam uma maior aposta num comportamento socialmente responsável.

Contudo, para que este processo surta realmente o efeito desejado, não é suficiente que as empresas tenham um comportamento que respeite os valores sociais e ambientais, é igualmente importante que promovam a divulgação das práticas socialmente responsáveis levadas a cabo. O processo de divulgar os aspetos relativos às práticas sociais e ambientais que são levadas a cabo, pode ser visto, segundo Haniffa e Cooke (2005), como estratégia de legitimidade, destinada a fechar uma lacuna entre administradores e acionistas, que se desenrola via administradores não executivos.

No que respeita à relação entre a presença de administradores não executivos e a divulgação sobre RSC, não há unanimidade na evidência encontrada até então. Por um lado, temos os resultados obtidos pelos autores Haniffa e Cooke (2005), que ao averiguarem a relação entre proporção de não executivos e a divulgação de RSC para as empresas da

Malásia, concluíram que a percentagem desses administradores a integrar o conselho de administração não é um fator determinante para o incremento de divulgação sobre RSC. Por sua vez, Prado; Gallego; García (2007) identificaram o número de não executivos presentes no conselho de administração como sendo a característica mais influente na fase de decisão de relatar ou não relatar os aspetos relativos às práticas de RSC. Os mesmos autores, na investigação apresentada em 2009, realizada às empresas não financeiras com valores cotados na Bolsa de Valores Espanhola, identificaram igualmente uma relação positiva entre a percentagem de conselheiros não executivos e um maior relato de RSC.

Em face da evidência encontrada, podemos postular a seguinte hipótese de investigação:

H₁: Quanto maior a proporção de conselheiros não executivos presentes no conselho de administração maior a divulgação de informação acerca da RSC.

Para além da integração de membros não executivos, as diretrizes sobre governança corporativa de diversos países têm vindo igualmente a recomendar a integração de membros que possam ser considerados como independentes, no seio do conselho de administração. Essa orientação verifica-se também em Portugal, de acordo com a CMVM, “de entre os administradores não executivos deve contar-se um número adequado de administradores independentes, tendo em conta a dimensão da sociedade e a sua estrutura acionista, que não pode em caso algum ser inferior a um quarto do número total de administradores” (CMVM, 2010, p.3). Tal recomendação assenta na convicção de que só os administradores independentes podem ser supervisores e vigorosos (CUNHA; MARTINS, 2007).

De forma semelhante também Silva *et al.* (2006), atribuem a este tipo de administradores a aptidão de fiscalizar e de avaliar o desempenho do órgão de gestão, denotando-os assim da capacidade de garantir que a atuação da gestão é eficaz, transparente, credível e que são privilegiados os interesses da sociedade e não os interesses pessoais. Baysinger e Butler (1985 *apud* RODRIGUES; SEABRA; MATA, 2008) referem que a presença de administradores independentes no conselho de administração pode ser considerada como um meio para proteger os interesses dos acionistas e outras partes. Assim sendo, estes são os administradores aos quais cabem as questões que afetam não só a organização em si, mas também o meio em que essa está inserida. Para os autores Zahra e Stanton (1988 *apud* MICHELON; PARBONETTI, 2010) este tipo de administradores são frequentemente vistos como mais capazes de respeitar e honrar as obrigações empresariais que excedem os limites do que é legalmente imposto, são geralmente administradores mais interessados nas matérias relativas aos aspetos sociais e ambientais.

No que respeita à investigação que tem sido realizada, Michelon e Parbonetti (2010), ao investigarem a relação entre o governo corporativo e a divulgação de RSC, para 57 empresas cotadas no *Dow Jones Sustainability Index* durante o ano de 2003, chegaram à conclusão de que a proporção de conselheiros independentes surte impacto sobre a forma de divulgação da informação de natureza social e ambiental, de acordo com a investigação que fizeram, os conselhos com maior percentagem de independentes estão positivamente relacionados com a publicação de RSC através de relatório autónomo. Quanto ao estudo conduzido por Prado, Gallego e García (2009), verificou igualmente uma relação positiva entre o peso dos administradores independentes e a divulgação de RSC.

Diante da evidência encontrada, nos estudos acima referidos, somos levados a testar a seguinte hipótese de investigação:

H₂: Quanto maior for a proporção de conselheiros independentes presentes no conselho de administração maior a divulgação de RSC.

Os conselhos de administração inclusivos e mais diversificados são propensos a serem conselhos mais eficazes, capazes de melhor compreender todas as partes interessadas (BIS, 2011). O conceito de diversidade, via regra, contempla duas dimensões (ERHARDT; WERBEL; SHRADER, 2003), uma dimensão que é observável, a qual engloba aspetos como gênero, idade, raça e etnia; e uma dimensão não observável, que respeita por exemplo, aspetos como conhecimento, valores e educação.

Há diversas investigações a abordarem a relação entre o relato de RSC e as características distintivas dos membros que integram o órgão de administração. Na presente investigação, em linha com o trabalho realizado por Prado, Gallego e García (2009), vamos abordar a dimensão observável, mais concretamente a nacionalidade dos elementos que integram o conselho de administração.

Na investigação levada a cabo por Guthrie e Parker (1990 *apud* Prado; Gallego; García, 2009) chegou-se à conclusão de haver uma relação positiva entre o volume de informação acerca da RSC e a presença de elementos estrangeiros dentro do grupo de acionistas maioritários. Por sua vez Haniffa e Cooke (2005) investigaram a referida relação relativamente à nacionalidade dos membros do conselho de administração, tendo concluído que a percentagem de conselheiros naturais da Malásia a integrar o conselho está diretamente relacionada com um maior nível de informação de cariz social e ambiental. Quanto ao estudo realizado por Prado, Gallego e García (2009), os resultados obtidos permitiram verificar que a presença de elementos estrangeiros, tanto no grupo de acionistas, como no conselho de administração não traduz um maior nível de informação.

Em face da evidência encontrada nos estudos realizados, vamos a testar a seguinte hipótese de investigação:

H₃: Uma maior percentagem de conselheiros cuja nacionalidade não seja portuguesa, pressupõe uma maior divulgação de RSC.

Ao conselho de administração cabe gerir as atividades da sociedade no seu todo, contudo a delegação de competências numa comissão executiva é possível, recomendável e frequentemente apontada como um aspeto favorável (IPGC, 2011). A convicção é de que delegando a administração quotidiana da sociedade a uma comissão específica são incorporados dois níveis de tomada de decisão, o que favorecerá o controle e supervisão por parte do conselho de administração à comissão executiva. Esta dualidade de instâncias decisórias, que supõe a separação dos cargos de presidente do conselho de administração, ou *chairman* em terminologia anglo-saxónica, e o presidente da comissão executiva, internacionalmente conhecido como CEO (*Chief Executive Officer*), é aludida como um procedimento adequado para diminuir a concentração de poder, capaz de atuar como ferramenta dissuasora de práticas menos corretas, por parte daqueles que controlam (gerem) as sociedades. Havendo uma dualidade de instâncias decisórias será mais difícil aos gestores tomarem decisões para o seu benefício pessoal em detrimento da empresa (JENSEN e MECKLING, 1976).

Prado, Gallego e García (2009) sugerem que a existência de um gestor dominante resulta num menor nível de divulgação acerca de RSC, pois, segundo eles, serão privilegiados os benefícios pessoais antes da atuação socialmente responsável. Contudo, apesar de esta ser a convicção dos autores, a investigação que desenvolveram não lhes permitiu confirmar essa hipótese. Também a investigação conduzida por Michelon e Parbonetti (2010) não encontrou evidência de uma relação positiva entre divulgação de RSC e a separação das funções de CEO e *chairman*. Assim, somos levados a testar a seguinte hipótese de investigação:

H4: A existência de um gestor dominante, ou seja, que ocupe as funções de *chairman* e CEO, supõe uma menor divulgação acerca de RSC.

A qualidade de um conselho de administração, bem como a sua eficácia, dependem das características individuais dos conselheiros que o compõem (STEIN;PLAZA, 2011), pelo que o renome do conselho de administração está estreitamente relacionado com a reputação dos membros que o compõem, em especial daquele que é o seu principal responsável. Por essa razão, é frequente que sejam chamados a ocupar o cargo de presidente do conselho, aqueles cujo prestígio, empresarial ou acadêmico, é amplamente reconhecido. Assim, em face do exposto, é comum encontrar as mesmas pessoas a ocuparem cargos de destaque em sociedades distintas (PRADO; GALLEGO; GARCÍA, 2009).

O *chairman* é apontado como o membro que goza de maior poder de influência, nomeadamente nas questões relacionadas com as práticas de divulgação da empresa (HANIFFA; COOKE, 2005). Uma vez que a divulgação respeitante aos aspetos relacionados com a RSC das organizações se reveste de natureza voluntária, o presidente do conselho de administração será assim o membro com maior poder de influência sobre o relato de RSC.

A divulgação de RSC pode ser vista como parte integrante de uma estratégia de gestão da reputação (DiMaggio e Powell, 1983 *apud* HANIFFA;COOKE, 2005), que visa a demonstrar dignidade social tanto da organização relatora, como da própria pessoa a quem cabe maior poder de influência sobre esse relato. Segundo Haniffa e Cooke (2005), a divulgação de RSC poderá ser vista como um mecanismo capaz de permitir ao *chairman* gerir a sua imagem e aumentar a sua reputação, contribuindo assim, para tornar a sua estratégia mais legítima. A convicção é de que se um indivíduo está numa empresa que privilegia a divulgação de RSC, ao marcar presença noutros conselhos, terá tendência para a levar a cabo práticas idênticas, desse modo ele próprio ficará reconhecido por atuar em sintonia com as preocupações sociais.

No estudo levado a cabo por Haniffa e Cooke (2005), verificou-se a existência de uma relação positiva entre a presença do *chairman* noutros conselhos e o grau de divulgação de informação relacionada com RSC. No entanto, já os autores Prado, Gallego e García (2009), concluíram que esta não é uma característica relevante para determinar um maior nível de divulgação sobre RSC. Em face da revisão da literatura, somos levados a testar a seguinte hipótese de investigação:

H5: A presença do *chairman* de determinada empresa nos conselhos de administração de outras empresas pressupõe maior divulgação de informação relativa à RSC.**4 AMOSTRA, VARIÁVEIS E ANÁLISE ESTATÍSTICA**

Os testes empíricos realizados baseiam-se nos dados recolhidos, entre setembro de 2011 e janeiro de 2012, junto das sociedades com valores cotados no mercado de cotações oficiais da Bolsa de Valores de Lisboa tendo sido objeto de análise os dados respeitantes ao período que mediou entre 2006 e 2010. Para a amostra final, foram consideradas as observações que cumulativamente verificassem os seguintes requisitos: 1) cotação na Bolsa de Valores de Lisboa para o período em causa; 2) possuir o ano económico coincidente com o ano civil; 3) ter o relatório & contas acessível através do *site* institucional da sociedade ou da CMVM, durante o período de recolha dos dados; e 4) ter relatório de governo acessível através do *site* institucional ou da CMVM, durante o período de recolha dos dados. Assim sendo, após a verificação destes pressupostos chegamos a uma amostra de 231 observações, representativa do universo na casa dos 90%.

A variável Práticas de Divulgação de RSC (PCSR) será a nossa variável dependente, ou seja, é a variável sobre a qual vamos procurar os efeitos das variáveis explicativas. Vai classificar as práticas de divulgação de informação, relativa aos aspetos sociais e ambientais, atendendo a três aspetos: (i) Se divulgam ou não informação; (ii) Se a informação apresentada segue a estrutura da GRI (como estrutura GRI será seguida a que é apresentada pela versão que se aplicou durante o período em análise - G3); (iii) Se a informação apresentada segue a estrutura da GRI e está verificada externamente. A variável PCSR será então uma variável categórica que tomará valores de 0 a 3 como ilustra a tabela abaixo apresentada.

Quadro1: Classificação da variável PCSR

PCSR	V. Categórica
Não Divulga RSC	0
Divulga RSC, não segue Modelo da GRI	1
Divulga RSC, segue o modelo da GRI (S/ v. externa)	2
Divulga RSC, segue o modelo da GRI e V. Externa	3

A variável dependente PCSR deve ser interpretada como a probabilidade da informação de natureza social e ambiental, de cada uma das empresas da nossa amostra, ser elaborada de acordo com cada um dos níveis de divulgação acima referidos. Desse modo, o papel de cada uma das variáveis independentes pode ser definido como um parâmetro que denota o seu efeito na probabilidade das empresas elaborarem a informação acerca da sua RSC de acordo com cada um dos quatro valores outorgados pela variável dependente PCSR (PRADO; GALLEGO; GARCÍA, 2009).

Assim sendo, vamos tentar perceber qual o comportamento das variáveis explicativas para cada um dos níveis da variável dependente, recorrendo para tal à elaboração de três níveis de divulgação, que se denominaram “Divulga Sem Filtro”, “Divulga GRI” e “Divulga GRI e V. Externa”.

O nível “Divulga Sem Filtro” vai dividir a nossa amostra de forma a concluir quais as empresas que divulgam RSC, independentemente da forma de relato adotada. Identifica quais os fatores determinantes para os valores 1, 2 e 3 da variável dependente, relativamente ao valor 0, que atua como grupo de controle, ou seja tenta perceber o que está por detrás da decisão de divulgar ou não. Este primeiro nível de divulgação simplesmente divide a amostra atendendo a se as empresas possuem, ou não, práticas de divulgação, independentemente da forma como o fazem.

Quanto ao nível seguinte, “Divulga GRI”, procurará os fatores que atuam como determinantes para a variável dependente assumir os valores 2 e 3, relativamente aos valores 0 e 1. Ou seja aqui só se considera que divulgam aquelas empresas que divulgam e apresentam a informação de acordo com as linhas orientadoras promovidas pela GRI. Finalmente, o último nível, “Divulga GRI e V. Externa”, vai aferir os motivos que potenciam a variável dependente a assumir o valor 3, relativamente ao grupo de controle que integra os valores 0, 1 e 2. Assim sendo, para este modelo apenas se consideram que divulgam informação as empresas que o fazem apresentando um relatório que se encontre de acordo com o que é emanado pela GRI, e que cumulativamente tenham esse relatório verificado por uma entidade externa.

Quadro2: Níveis da variável dependente PCSR

Variáveis	Classificação	
Divulga Sem Filtro	Variável <i>Dummy</i>	Valor 1: PCSR 1,2,3; Valor 0: PCSR 0
Divulga GRI	Variável <i>Dummy</i>	Valor 1: PCSR 2, 3; Valor 0: PCSR 0,1
Divulga GRI e V. Externa	Variável <i>Dummy</i>	Valor 1: PCSR 3; Valor 0: PCSR 0, 1, 2

As variáveis explicativas foram escolhidas com vista a potenciar o poder explicativo do modelo face às características do contexto interno da organização, nomeadamente às características do conselho de administração e às características intrínsecas ao cargo de presidente do conselho de administração. Embora o principal objetivo do presente trabalho seja a relação entre divulgação de RSC e as características internas das sociedades há outros fatores que não podem deixar de ser tidos em consideração, nomeadamente as características das empresas. As investigações anteriormente desenvolvidas verificaram a existência de relação entre determinadas características empresariais e a divulgação de informação social corporativa (PRADO; GALLEGO; GARCÍA, 2009); assim sendo, foram utilizadas como variáveis de controle o tamanho da firma e a sua rentabilidade.

Quadro3: Variáveis explicativas

Variável	Descrição	Estudos de Referência
Não Executivos (N_EXEC)	Variável numérica representativa da percentagem de membros não executivos a integrar o conselho de administração.	Haniffa; Cooke (2005); Prado; Gallego; García (2009)
Independentes (IND)	Variável numérica representativa da percentagem de membros independentes a integrar o conselho de administração.	Michelon; Parbonetti (2010)
Estrangeiros (ESTR)	Variável numérica representativa da percentagem de membros de nacionalidade não portuguesa que integram o conselho de administração.	Prado; Gallego; García (2009)
Dualidade CEO (CEO_CH)	Variável <i>dummy</i> (1 – Se CEO e <i>Chairman</i> são a mesma pessoa; 0 – Se não)	Prado; Gallego; García (2009); Michelon; Parbonetti (2010)
Cargos <i>Chairman</i> (C_CH)	Variável <i>dummy</i> (1 – Se o presidente do CA detém cargos noutros CA fora do grupo; 0 – Se não)	Haniffa; Cooke (2005); Prado; Gallego; García (2009)
Tamanho (TAM)	Variável numérica representada pelo logaritmo natural do ativo	Prado; Gallego; García (2009)
Rentabilidade (RENT)	Variável numérica que representativa da rentabilidade total do ativo ($R.O.E. = \frac{R.L.}{C.P.}$)	Haniffa; Cooke (2005)

Recorrendo a uma análise com base na estatística descritiva foi possível prenunciar algumas considerações sobre os temas em análise.

Ao analisar a tabela n.º 1, denota-se que é ainda bastante relevante a percentagem de empresas que não faz qualquer referência às temáticas relacionadas com RSC (49,40%). Verificou-se igualmente que, do total das empresas que têm por prática relatar informação acerca dos aspetos de RSC (50,60%), a grande maioria opta por o fazer de acordo com as linhas orientadoras propostas pela GRI (34,60%).

Tabela 1: PCSR - classificação da amostra

PCSR	N.º empresas	%	% Acumulada
Não divulga RSC	114	49,40	49,40
Divulga, não segue modelo da GRI	37	16,00	65,40
Divulga, segue o modelo da GRI (s/ v. Externa)	23	10,00	75,40
Divulga, segue o modelo da GRIe V. Externa	57	24,60	100,0
Total	231	100,00	

No que respeita à composição do conselho de administração, em termos absolutos é mostrado na tabela n.º 2.

Tabela 2: Tamanho do conselho de administração

	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
Total de administradores	231	3	31	10,91	6,348
Administradores não executivos	231	0	22	6,01	5,319

Administradores independentes	231	0	10	2,73	2,837
Administradores estrangeiros	231	0	20	2,72	4,394

Analisando os dados apresentados verifica-se que o número médio de administradores ronda os 10 ou 11 membros, sendo que, o menor conselho da amostra integra 3 elementos e o maior integra 31 membros. Quanto aos administradores não executivos a integrarem o conselho de administração, são, em média, 6. No entanto, importa salientar que, embora existam sociedades que não integram qualquer membro não executivo, o seu número total pode ascender até aos 22 elementos. O valor médio encontrado, tanto para o tamanho do conselho de administração, como para o número de administradores não executivos encontram-se em linha com os resultados obtidos por Góis (2011), no estudo às sociedades com valores cotados na Bolsa de Valores de Lisboa, pertencentes ao índice PSI 20, para os anos de 2005 a 2009.

Quanto aos administradores independentes, assim como os de nacionalidade não portuguesa, gozam de uma menor representatividade. Em termos médios, os conselhos de administração da amostra integram 2 a 3 elementos.

Voltando agora ao ponto principal da investigação, a tabela que segue descreve a amostra em termos das variáveis representativas do modelo.

Tabela 3: Estatística descritiva da amostra

	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
N_EXEC	231	0,00	0,88	0,4693	0,2473
IND	231	0,00	0,63	0,2126	0,1946
ESTR	231	0,00	1,00	0,1956	0,2644
TAM	231	9,99	20,92	14,3164	2,3602
RENT	231	-14,5	27,94	0,2089	2,1672

	N	1	%	0	%
CEO_CH	231	120	51,90	111	48,10
C_CH	231	188	81,40	43	18,60

Uma vez que a análise da composição do conselho de administração em termos absolutos encobre a importância relativa de cada tipologia de administrador, nesta investigação houve o recurso ao valor relativo dos elementos. Pela análise dos resultados apresentados, foi possível constatar que a proporção média de não executivos ronda os 47%, quanto aos independentes assumem uma quota média de 21 % do conselho e finalmente, os elementos cuja nacionalidade não é portuguesa, em termos médios, mal chegam aos 20%.

No que respeita às características diretamente relacionadas com a figura do presidente do conselho, verifica-se que em cerca de 81% das observações, o *chairman* possui cargos noutros conselhos de administração. Quanto à dualidade de funções, verifica-se que a amostra se encontra quase dividida ao meio, em 51,90% das observações é uma só pessoa a ocupar os dois cargos.

5 ANÁLISE EMPÍRICA

5.1. Análise univariada e análise multivariada

Para o estudo das hipóteses de investigação formuladas começou-se por determinar as correlações entre as variáveis analisadas.

Tabela 4: Matriz de correlação bivariada

	PCSR	N_EXEC	IND	ESTR	CEO_CH	CEO_CH	TAM	RENT	
Correlação de Spearman's	PCSR	1,000							
	N_EXEC	,363**	1,000						
	IND	,275**	,633**	1,000					
	ESTR	,339**	,433**	,421**	1,000				
	CEO_CH	-,281**	-,489**	-,334**	-,231**	1,000			
	C_CH	-,047	,016	-,065	-,101	-,015	1,000		
	TAM	,680**	,519**	,383**	,429**	-,426**	-,016	1,000	
	RENT	,190**	,074	,108*	,048	,011	,111*	,213**	1,000

Correlação significativa para um nível de significância de 5% (*)

Correlação significativa para um nível de significância de 1% (**)

Ao observar as correlações existentes, entre as variáveis explicativas, verifica-se que, de uma forma geral, as variáveis não se encontram fortemente correlacionadas, apenas as correlações da variável representativa dos não executivos (N_EXEC), com os membros independente (IND) e também com o tamanho da sociedade (TAM), apresentam valores um pouco mais expressivos. O modelo apresentado não sofre de problemas de multicolinearidade, o que introduz segurança tanto na interpretação do contributo dos preditores, como na estimação dos coeficientes de correlação.

A relação existente entre as variáveis será apresentada recorrendo a modelos de regressão linear. O contributo das variáveis independentes sobre a variável dependente será avaliado em três etapas, mediante à aplicação de três modelos regressão (modelo 1, modelo 2 e modelo 3). O modelo 1, ou modelo básico, pretende mensurar o impacto das variáveis de controle na explicação das práticas de divulgação de RSC. Quanto ao segundo modelo, vai procurar aferir qual o impacto da introdução das variáveis relativas à composição do conselho de administração. Por fim, o último modelo de regressão introduzirá as variáveis próprias do cargo de presidente do conselho de administração. Os referidos modelos são apresentados nas tabelas 5, 6 e 7, em que cada uma delas apresenta o comportamento de cada variável explicativa para cada um dos níveis da variável dependente.

Começa por ser apresentado o modelo 1 (modelo básico), o qual pretenderá mensurar qual o impacto das variáveis de controle na explicação das práticas de divulgação de RSC, ou seja este modelo vai procurar explicar qual o impacto de variáveis como o tamanho da sociedade (TAM), medido pelo logaritmo natural do ativo e a rentabilidade (RENT), dada pelo quociente entre o resultado líquido e o capital próprio da sociedade, sobre o nível de divulgação das práticas de RSC. O modelo 1, apresentado na tabela 5, mostra os resultados da aplicação do seguinte modelo de regressão:

$$PCSR_t = \alpha_t + \beta_1 TAM_t + \beta_2 RENT_t + \varepsilon_t$$

Tabela 5: Modelo 1

		Coefficiente	Coefficiente beta	t	Sig
Sem Filtro	Constante	-1,320		-8,080	,000
	TAM	,128	,601	11,341	,000
	RENT	,000	-,002	-,038	,969
	R^2	36,1			
GRI		Coefficiente	Coefficiente Beta	t	Sig
	Constante	-1,415		-9,170	,000

	TAM	,123	,609	11,574	,000
	RENT	,002	,009	,173	,863
	R²	37,0			
		Coeficiente	Coeficiente Beta	t	Sig
GRI e V. Externa	Constante	-1,299		-9,117	,000
	TAM	,108	,590	11,001	,000
	RENT	,002	,012	,233	,816
	R²	34,7			

Os resultados obtidos mostram a existência de uma relação positiva, e significativa do ponto de vista estatístico, entre o tamanho da sociedade e as práticas de relato de RSC, para qualquer um dos níveis de divulgação apresentados. Esse resultado corrobora com os resultados de diversos estudos, que têm apontado a variável representativa do tamanho da sociedade como determinante para a divulgação de RSC (ARCHEL; LIZARRAGA, 2001; GRAY et al., 2001; ARCHEL, 2003; PRADO; GALLEGO; GARCÍA, 2007; PRADO; GALLEGO; GARCÍA, 2009).

Quanto à variável representativa da rentabilidade da sociedade, não resulta estatisticamente significativa, pelo que é possível concluir que o fator rentabilidade, não é relevante para as práticas de divulgação levadas a cabo pelas sociedades da amostra. Resultados idênticos foram obtidos por diversos autores enumerados na revisão da literatura apresentada por Gray, Kouhy e Lovers (1995), são eles: Abbott e Monsen, 1979; Belkaoui e Karpik, 1989; Cowen *et al.*, 1987; Freedman e Jaggi, 1988; Freedman e Ullmann, 1986; Ingram, 1978; e Singh e Ahuja, 1983.

Os valores obtidos para os coeficientes de determinação dos modelos em análise foram de 36,1; 37,0 e 34,7. Em face a estes resultados, conclui-se que as características específicas das firmas explicam uma parte considerável das práticas de divulgação de RSC.

5.1.1. Composição do conselho de administração

Este ponto do estudo procura em que medida as características do conselho de administração são determinantes das práticas de relato de RSC, de modo a testar a validade das três primeiras hipóteses. Este segundo modelo vai procurar aferir qual o impacto da introdução de variáveis como: a percentagem de administradores não executivos (N_EXEC), a percentagem de administradores independentes (IND); e a percentagem de administradores de nacionalidade não portuguesa (ESTR), face ao número total de administradores.

O modelo 2 (apresentado na tabela n.º 6) mostra os resultados da aplicação do seguinte modelo de regressão:

$$PCSR_t = \alpha_t + \beta_1 TAM_t + \beta_2 RENT_t + \beta_3 N_EXEC_t + \beta_4 IND_t + \beta_5 ESTR_t + \varepsilon_t$$

Tabela6: Modelo 2

		Coeficiente	Coeficiente Beta	t	Sig
Sem Filtro	Constante	-1,249		-6,987	,000
	TAM	,118	,555	8,470	,000
	RENT	,002	,007	,122	,903
	N_EXEC	,144	,071	,980	,328

	IND	-,074	-,029	-,428	,669
	ESTR	,085	,045	,719	,473
	R²	36,6			
		Coeficiente	Coeficiente Beta	t	Sig
GRI	Constante	-1,422		-8,398	,000
	TAM	,121	,598	9,170	,000
	RENT	,004	,016	,298	,766
	N_EXEC	,109	,056	,781	,436
	IND	-,016	-,007	-,101	,920
	ESTR	-,048	-,026	-,427	,670
	R²	37,3			
		Coeficiente	Coeficiente Beta	t	Sig
GRI e V. Externa	Constante	-1,221		-7,921	,000
	TAM	,093	,509	7,774	,000
	RENT	,007	,034	,623	,534
	N_EXEC	,299	,171	2,353	,020
	IND	-,074	-,033	-,497	,620
	ESTR	,036	,022	,356	,722
	R²	36,6			

Os resultados empíricos obtidos pela aplicação do segundo modelo mostram o efeito das variáveis explicativas associadas com as características do conselho de administração.

Ao analisar cada um dos níveis da variável PCSR, verificou-se que introdução das três variáveis associadas às características do conselho de administração vieram introduzir um ligeiro aumento à capacidade explicativa do modelo. O terceiro nível de divulgação “Divulga GRI e V. Externa”, foi aquele que teve um maior incremento do poder explicativo, o R² passou de 34,7 para 36,6.

Das variáveis explicativas introduzidas pela aplicação do segundo modelo de regressão, apenas foi encontrada evidência, estatisticamente significativa, para a variável representativa da proporção de membros não executivos, e apenas para o nível “Divulga GRI e V. Externa”. O coeficiente é de sinal igual ao que inicialmente foi previsto, pelo que, para este nível de divulgação aceitamos a hipótese H₁. Para os outros dois níveis de divulgação, embora o sinal seja positivo, a variável não é estatisticamente significativa, pelo que, rejeitamos o que inicialmente foi previsto; ou seja, rejeitamos a hipótese H₁ para os dois primeiros níveis.

As restantes variáveis não resultaram significativas do ponto de vista estatístico, para nenhum dos níveis da variável dependente, assim sendo rejeitamos as hipóteses H₂ e H₃ para todos os níveis de divulgação.

5.1.2. Presidente do conselho de administração

Este terceiro modelo de regressão tem por objetivo testar as hipóteses de investigação H₄ e H₅. Ao modelo duas variáveis relacionadas com as características intrínsecas ao cargo de presidente do conselho de administração.

$$PCSR_t = \alpha_t + \beta_1 TAM_t + \beta_2 RENT_t + \beta_3 N_EXEC_t + \beta_4 IND_t + \beta_5 ESTR_t + \beta_6 CEO_CH_t + \beta_7 C_CH_t + \varepsilon_t$$

Tabela 7: Modelo 3

		Coeficiente	Coeficiente Beta	t	Sig
Sem Filtro	Constante	-1,119		-5,093	,000
	TAM	,112	,528	7,761	,000
	RENT	,000	,001	,023	,982
	N_EXEC	,037	,018	,233	,816
	IND	-,060	-,023	-,349	,728
	ESTR	,134	,071	1,106	,270
	CEO_CH	-,100	-,100	-1,551	,122
	C_CH	,053	,041	,765	,445
	R^2	37,5			
GRI	Constante	-1,587		-7,671	,000
	TAM	,128	,635	9,442	,000
	RENT	,005	,023	,438	,662
	N_EXEC	,248	,129	1,653	,100
	IND	-,035	-,014	-,214	,830
	ESTR	-,112	-,062	-,985	,326
	CEO_CH	,130	,136	2,135	,034
	C_CH	-,072	-,059	-1,106	,270
	R^2	38,9			
GRI e V. Externa	Constante	-1,389		-7,545	,000
	TAM	,103	,561	8,493	,000
	RENT	,009	,047	,892	,374
	N_EXEC	,496	,284	3,708	,000
	IND	-,111	-,050	-,770	,442
	ESTR	-,061	-,037	-,596	,551
	CEO_CH	,170	,197	3,137	,002
	C_CH	-,149	-,135	-2,569	,011
	R^2	41,0			

Os resultados obtidos, com este terceiro modelo, mostram que o efeito explicativo das variáveis associadas com as características inerentes ao cargo de presidente do conselho de administração introduziu capacidade explicativa ao modelo, para os três níveis da variável dependente.

Para o nível “Divulga Sem Filtro”, verificou-se que apenas a variável representativa do tamanho da sociedade resulta estatisticamente significativa, rejeitando assim todas as hipóteses de investigação, para este primeiro nível de divulgação. Os resultados obtidos vão de encontro às conclusões da investigação levada a cabo por Prado, Gallego e García (2007), donde resultou o tamanho da sociedade como o fator mais determinante para a decisão das empresas começarem ou não a divulgar as práticas de RSC.

No subgrupo que separa as empresas que seguem o modelo da GRI como padrão para o relato da RSC daquelas que não o fazem, apenas a variável (CEO_CH) revelou-se

estatisticamente significativa, contudo de sinal oposto ao que era esperado. Ou seja, era esperada uma relação negativa entre a acumulação de cargos e as práticas de RSC, contudo tal não se verificou, assim sendo rejeitamos a hipótese H_4 para o segundo nível da PCSR. Este resultado vai de encontro às conclusões de Prado; Gallego; García (2009).

Finalmente, o nível “Divulga GRI e V. Externa” apresentou o maior incremento da sua capacidade explicativa, no seu conjunto as variáveis explicativas utilizadas explicam 41% da variação da variável dependente PCSR. A variável (N_EXEC) revelou-se estatisticamente significativa de sinal igual ao predito; assim sendo, face à evidência encontrada, validamos a hipótese de investigação H_1 . Quanto às variáveis (CEO_CH) e (C_CH), também se revelaram estatisticamente significativas, mas de sinal inverso à hipótese formulada inicialmente, pelo que rejeitamos as hipóteses de investigação H_4 e H_5 . Prado, Gallego e García(2009) chegaram a conclusões semelhantes a quando do estudo realizado às empresas não financeiras cotadas na Bolsa de Valores Espanhola.

Recorrendo às variáveis estandardizadas (também designadas por coeficiente beta), as quais nos permitem avaliar a magnitude da contribuição de cada variável independente para o modelo (Marôco, 2007), verificamos que a variável representativa do tamanho da sociedade é a que reveste maior contribuição relativa para explicar o comportamento da variável dependente. Deste modo, podemos constatar que as características do conselho de administração têm ainda um efeito pouco significativo sobre as práticas divulgativas em matéria de responsabilidade social. Contudo, é-nos possível constatar que a importância destes fatores aumenta conforme aumenta a complexidade do relato que é levado a cabo.

5.2 Análise crítica dos resultados

Os resultados obtidos mostram uma influência um pouco débil das características do conselho de administração sobre as práticas de divulgação de RSC. Podemos verificar que em todos os modelos de regressão apresentados e para todos os níveis de divulgação a variável que mantém sempre o seu comportamento, relação positiva, e que introduz sempre o maior contributo para a explicação do modelo em causa, é a variável representativa da dimensão da sociedade (TAM). Contudo, este também era um resultado que, de certa forma, se esperava. São diversos os estudos que indicam uma maior tendência para o relato da RSC por parte das empresas de maior dimensão, como por exemplo: ARCHEL; LIZARRAGA, 2001; GRAY et al., 2001; ARCHEL, 2003; PRADO; GALLEGO; GARCÍA, 2007; PRADO; GALLEGO; GARCÍA, 2009; CASANI; LIZCANO; FERNANDÉZ, 2010.

De um modo geral, os resultados obtidos vão de encontro aos resultados percecionados pelos autores Prado, Gallego e García (2007 e 2009). No trabalho que apresentaram em 2007, o principal destaque foi para o contributo da variável (TAM) aquando da decisão das empresas em relatarem ou não as suas práticas de RSC. Na investigação que apresentaram em 2009, identificaram a proporção de conselheiros não executivos (N_EXEC) como o fator mais influente para a explicação do comportamento das empresas no que respeita às práticas divulgativas de RSC.

Com intuito de analisar a robustez dos resultados utilizados, foram testados os mesmos modelos, mas com recurso a uma variável alternativa, recorreu-se volume de negócios para aferir sobre o tamanho da sociedade, com o objetivo de analisar se os resultados obtidos se mantinham, ou se sofriam alterações.

De um modo geral, houve um decréscimo da capacidade explicativa para todos os modelos, ou seja a substituição da variável representativa do tamanho da sociedade veio diminuir a capacidade das variáveis independentes na explicação da variável dependente. Quanto à natureza das relações das variáveis, não se verificou nenhuma alteração muito

significativa. A variável representativa do tamanho da sociedade (TAM) manteve-se estatisticamente significativa, com uma relação positiva, para qualquer nível de divulgação da variável PCSR e para qualquer um dos modelos de regressão. A variável (N_EXEC) apresenta igualmente evidência de que existe uma relação positiva entre a proporção de não executivos e as práticas divulgativas de RSC, sendo esta relação estatisticamente significativa para praticamente todos os níveis de divulgação dos modelos de regressão 2 e 3. Quanto à variável representativa da proporção de independentes, manteve o comportamento anteriormente verificado, ou seja, não se revelou estatisticamente significativa. No que respeita à variável representativa da proporção de conselheiros com nacionalidade distinta da portuguesa (ESTR), representa a única diferença relativamente à análise feita inicialmente. Essa variável mostrou-se estatisticamente significativa no segundo modelo de regressão, para o nível de divulgação “Divulga Sem Filtro”, apresentando uma relação positiva. No entanto esse comportamento não se manteve ao serem introduzidas as variáveis inerentes ao cargo de *chairman*, donde resultou não significativa do ponto de vista estatístico. Finalmente, no que respeita às variáveis relacionadas com as características do cargo de presidente do conselho de administração, também mantiveram os sinais obtidos anteriormente; ou seja contrários ao que fora inicialmente predito.

Face ao exposto foi possível então concluir que os novos resultados não alteram significativamente as relações entre as variáveis, nem as conclusões anteriormente obtidas, com base nos modelos inicialmente apresentados. Estes resultados permitem-nos concluir que as variáveis inicialmente definidas no nosso modelo são robustas quanto aos resultados apresentados.

Estamos conscientes de que os dados referentes a, apenas, 5 exercícios económicos não são suficientes para chegar a conclusões determinantes sobre a relação entre as características do conselho de administração e as práticas de divulgação de responsabilidade social. Julgamos que seria não só interessante aumentar o período de análise, como também fazer um estudo comparativo entre os períodos. Entendemos que o fato do estudo se restringir ao grupo de empresas com valores cotados na Bolsa de Valores de Lisboa, também pode constituir uma limitação. Não poderá a cotação em bolsa constituir um fator diferenciador das práticas de relato de RSC? Julgamos que esta seria uma investigação de todo interessante.

6 CONCLUSÕES E LIMITAÇÕES

O objetivo do presente trabalho prendeu-se com contribuir para o conhecimento do estado da arte da divulgação de RSC por parte das empresas portuguesas. Os estudos empíricos indicam que se tem verificado um aumento do número de empresas que divulgam as suas práticas de RSC (GRAY;KOUHY;LOVERS, 1995; MONEVA;LLENA, 2000; e ARCHEL, 2003), contudo, sendo essa uma prática que reveste um cariz voluntário não há um processo de relato que seja unânime. Se, por um lado, há empresas que optam simplesmente por fazer uma breve referência dessas práticas, há, por outro lado, empresas que procuram fazer essa divulgação de uma forma mais padronizada, seguindo aquela que é a estrutura globalmente aceita para a elaboração de relatórios sobre o desempenho económico, ambiental e social de uma organização, a estrutura da GRI. Há ainda outras sociedades que para além de apresentarem relatórios segundo as linhas orientadoras propostas pela GRI, os apresentam verificados externamente.

De um modo geral, o que se procurou saber foi se as práticas de relato acerca da responsabilidade social das empresas são ou não influenciadas pelas características do conselho de administração, nomeadamente pela sua composição e pelas características intrínsecas ao cargo de presidente do conselho de administração. Para o efeito recorreremos às

variáveis (N_EXEC), (IND) e (ESTR), que representam, respectivamente, a percentagem de membros não executivos a integrar o conselho, a percentagem de membros independentes e a percentagem de estrangeiros; e também às variáveis (CEO_CH) e (C_CH), as quais se caracterizam por serem variáveis dicotômicas e que representam, respectivamente, a existência de dualidade de funções (a variável (CEO_CH) assume o valor 1, quando os cargos de CEO e *chairman* são ocupados por uma mesma pessoa, e assume o valor 0 em caso contrário); e a posse de outros cargos por parte do presidente do conselho de administração (a variável (C_CH) assume o valor 1 quando o *chairman* detém cargos noutros conselhos de administração e a assume o valor 0 em caso contrário). Para além das referidas variáveis explicativas, foram tidas em consideração as características gerais da sociedade, as variáveis representativas do tamanho da sociedade (TAM) e da rentabilidade da sociedade (RENT), foram introduzidas como variáveis de controle.

No que respeita aos resultados obtidos, mostram uma influência um pouco débil das características do conselho de administração sobre as práticas de divulgação de RSC. Foi possível verificar que, em todos os modelos de regressão apresentados e para todos os níveis de divulgação, a variável representativa da dimensão da sociedade (TAM) foi a que manteve sempre o seu comportamento, uma relação positiva, e foi a que introduziu sempre o maior contributo para a explicação do modelo em causa.

A investigação desenvolvida permitiu-nos tirar algumas ilações acerca daquele que foi o principal objetivo do trabalho. A variável representativa da proporção de conselheiros não executivos que integram o conselho de administração (N_EXEC) foi aquela que se mostrou mais relevante na explicação das práticas de divulgação de RSC. A referida variável revelou-se estatisticamente significativa, apresentando uma relação positiva face à divulgação dos referidos aspetos, ou seja uma maior percentagem de conselheiros não executivos supõe uma maior divulgação de RSC, resultado esse que nos permitiu validar a hipótese de investigação H₁. No que respeita às características representativas tanto do peso dos conselheiros independentes, como dos conselheiros de nacionalidade distinta da portuguesa, não se revelaram estatisticamente significativas, pelo que não nos foi possível confirmar o que havia sido predito nas hipóteses de investigação H₂ e H₃. Passando para o segundo ponto da investigação, onde procuramos perceber o impacto das características inerente ao cargo de *chairman*, averiguamos que ambas as variáveis introduzidas no estudo se revelaram estatisticamente significativas para a explicação da nossa variável dependente, contudo as relações obtidas foram de sinal contrário ao que tinha sido postulado nas hipóteses de investigação. A evidência encontrada até então levou-nos a formular que seria de esperar uma relação negativa entre a cumulação das funções de CEO e de *chairman*; contudo, de acordo com os resultados alcançados, a relação encontrada é positiva, o que significa que para a realidade das empresas portuguesas com valores cotados na Bolsa de Valores de Lisboa, há uma maior predisposição para o relato dos aspetos relacionados com a RSC, quando nas empresas existe a figura de um gestor dominante. Finalmente, no que respeita à posse de outros cargos, em outros conselhos de administração, por parte do *chairman*, a hipótese formulada foi de que esta característica teria um impacto positivo sobre a variável dependente, no entanto, os resultados obtidos denotaram a existência de uma relação negativa. Face ao que foi apresentado, não nos foi possível validar as hipóteses de investigação H₄ e H₅. Em termos gerais os resultados obtidos permitem-nos concluir que embora o relato das práticas de RSC, por parte das empresas com valores cotados na Bolsa de Valores de Lisboa, já seja uma realidade, a forma de relato ainda não está uniformizada. O tamanho da sociedade é o fator que se mostra mais relevante para determinar um maior nível de divulgação, foi possível concluir que as sociedades de maior dimensão são propensas a um maior nível de

relato de RSC. No que respeita a essas práticas serem influenciadas pelas características do conselho de administração da sociedade, estamos em crer que não há uma composição ideal, a qual suponha um maior nível de relato, no entanto, de acordo com os resultados percecionados, foi possível aferir que os não executivos têm um papel determinante para que as empresas levem a cabo um maior relato das suas práticas de RSC.

REFERÊNCIAS

ARCHEL, Pablo. La divulgación de la información social y medioambiental de la gran empresa española en el período 1994 1998: situación actual y perspectivas. **Revista Española de Financiación y Contabilidad**, Vol. 32, N.117, p. 571-601, abr./jun. 2003.

ARCHEL, Pablo;LIZARRAGA, Fermín. Algunos determinantes de la información medioambiental divulgada por las empresas españolas cotizadas. **Revista de Contabilidad**, Vol. 4, N.7, p. 129-153, jan./jun.2001.

BANK FOR INTERNATIONAL SETTLEMENTS (BIS). **Women on the board**. Disponível em: <http://www.bis.gov.uk/assets/biscore/business-law/docs/w/11-745-women-on-boards>. Acesso em: 24 abr.2011.

CASANI, Fernando;LIZCANO, José Luis;FERNÁNDEZ, Alejandro. *Las comisiones de responsabilidad social corporativa de los consejos de administración*. Um estudio descritivo sobre las empresas del DJSI World. In: XIV Encuentro AECA, 23 e 24 de Setembro, Coimbra. 2010.

COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS (CEE). **Comunicação da Comissão relativas à responsabilidade social das empresas**: Um contributo das empresas para um desenvolvimento sustentável. Bruxelas, 2002.

COMISSÃO DO MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS (CMVM). **Código de Governo das Sociedades da CMVM 2010 (Recomendações)**. Disponível em: <http://www.cmvm.pt/CMVM/Recomendacao/Recomendacoes/Documents/CodigodeGove rmodasSociedadesCMVM2010.pdf>. Acesso em: 26 set. 2011

CUNHA, Vera; MARTINS, António. O Conselho de Administração e o desempenho das sociedades em Portugal. **Revista Contabilidade e Gestão**, N. 4, mar., p.67-92. 2007.

DIAS, António. **O Relato da Sustentabilidade Empresarial**: Práticas em Portugal. 100f. Dissertação (Mestrado em Contabilidade), Universidade Aberta, Lisboa, 2009.

DOMINGOS, Rui;CARVALHO, Fernando;DUARTE, Maria. **Evolução na divulgação segundo a estrutura da GRI nas empresas do Euronext de Lisboa, nos anos de 2006 e 2007**. In: XIV Encuentro AECA, 23 e 24 de Setembro, Coimbra. 2010.

ERHARDT, Niclas; WERBEL, James; SHRADER, Charles. Board of director diversity and firm financial performance. **Corporate Governance: An international review**, Vol. 11, N.2, p. 102-111, abr. 2003.

ETHOS, Instituto. **Relatórios de sustentabilidade**. Disponível em: <http://www.ethos.org.br/DesktopDefault.aspx?TabID=4195&Alias=ethos&Lang=pt-BR>. Acesso em: 20 abr.2012.

FAMA, Eugene; JENSEN, Michael. Separation of Ownership and Control. *Journal of Law & Economics*, 26, p. 301-325, jun., 1983.

GLOBALREPORTINGINITIATIVE (GRI). **Directrizes para a elaboração de relatórios de sustentabilidade**, GRI 2000-2007, versão 3.0, versão portuguesa. Disponível em: <https://www.globalreporting.org/resourcelibrary/Portuguese-G3-Reporting-Guidelines.pdf>. Acesso em 10dez. 2011.

GÓIS, Cristina. **A idade e a formação dos administradores influenciam a qualidade da informação financeira?** O estudo das empresas portuguesas do PSI 20. In: XIII Congresso de Contabilidade e Auditoria – A Change In Management, 18 a 20 de Maio, Porto. 2011.

GRAY, Rob; KOUHY, Reza; LAVERS, Simon. Constructing a research database of social and environmental reporting by UK companies: A methodological note. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, Vol. 8, N. 2, p.78-101, 1995.

GRAY, Rob; OWEN, D.; ADAMS, C. **Accounting and Accountability: Changes and Challenges in Corporate Social and Environmental Reporting**, Hemel Hempstead, Prentice Hall Europe, 1996.

GRAY, Rob; JAVAD Mohammed; POWER, David; SINCLAIR, C. Donald. Social and environmental disclosure and corporate characteristics: A research note and extension. **Journal of Business Finance & Accounting**, Vol. 28, N. 3, p. 327-356, abr./ maio, 2001.

HANIFFA, R.M, e COOKE, T.E. The impact of culture and governance on Corporate Social Reporting. **Journal of Accounting and Public Policy**, Vol. 24, N. 5, p.391-430, 2005.

JENSEN, Michael; MECKLING, William. Theory of the firm: Managerial behavior, agency costs and ownership structure. **Journal of Financial Economics**, Vol. 3, N.4, p. 305-360, Outubro 1976.

JENSEN, Michael. The modern industrial revolution, exit, and the failure of internal control systems. **Journal of Finance** 48, p.831-880, 1993.

KPMG Advisory **Consultores de Gestão. Riscos e oportunidades do desenvolvimento sustentável**. - Estudo realizado às empresas cotadas em Portugal. Disponível em: <http://ebookbrowse.com/riscos-opportunidades-desenvolvimento-sustentavel-kpmg2008-pdf-d261172383>. Acesso em: 7 maio 2013

MARÔCO, João. **Análise Estatística** - Com utilização do SPSS. 3. ed. Lisboa: Edições Sílabo.

MICHELON, Giovanna; PARBONETTI, Antonio. **The effect of corporate governance on sustainability disclosure**. Springer Science+Business Media, LLC, 2010. Disponível em: <http://www.springerlink.com/content/n3214584676t2688/>. Acesso: 4 set.2011.

MONEVA, José; LLENA, Fernando. Environmental disclosures in the annual reports of large companies in Spain. *European Accounting Review*, Vol. 9, N.1, p.7-29, 2000.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO(OCDE). Os princípios da OCDE sobre o governo das sociedades. Disponível em: <http://www.oecd.org/daf/ca/corporategovernanceprinciples/33931148.pdf>. Acesso em: 28 jun 2011.

PRADO José; GARCÍA Isabel; GALLEGO Isabel. **Gobierno corporativo y responsabilidad social**. In: XIV Congresso AECA, 19 a 21 Setembro, Valência, 2007.

PRADO José; GARCÍA Isabel; GALLEGO Isabel. Características del consejo de administración e información en materia de Responsabilidad Social Corporativa, *Revista Española de Financiación y Contabilidad*. Vol. 38, N. 141, p. 107-135 jan./mar. 2009.

RODRIGUES, Jorge; SEABRA, Fernando; MATA, Carlos. Independência dos administradores nos bancos portugueses no PSI 20. *Revista Portuguesa e Brasileira de Gestão*, V. 7, N.3, p. 34-42, jul/ set. 2008.

SARBANES OXLEY ACT. **An act to protect investors by improving the accuracy and reliability of corporate disclosures made pursuant to the securities laws, and for other purposes**. One Hundred Seventh Congress of the United States of America. Disponível em: http://www.business.uconn.edu/users/adunbar/ACCT_382/content_modules/Sarbanes-Oxley/html/legislation-sarbanes-oxley.htm. Acesso em: 4 set.2011.

SILVA, Artur; VITORINO, António; ALVES, Carlos; CUNHA, Jorge; MONTEIRO, Manuel. **Livro Branco sobre Corporate Governance em Portugal**. Instituto Português de Corporate Governance.

STEIN, Guido; PLAZA, Salvador. **El papel del consejero independiente en la supervision y la rotation del CEO**. IESE Business School, Universidade de Navarra, Estudo 133, Jan. 2011.

WORLD BUSINESS COUNCIL FOR SUSTAINABLE DEVELOPMENT. **Comunicar o desenvolvimento sustentável: Encontrar o equilíbrio**. Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável, BCSD Portugal. Disponível em: <http://www.wbcsd.org/pages/edocument/edocumentdetails.aspx?id=144&nosearchcontextkey=true>. Acesso: 24 abr. 2012.